

RESENHA
POR QUE AS NAÇÕES FRACASSAM?
A TEORIA DE ECONOMIA POLÍTICA DE ACEMOGLU E ROBINSON

Mariza Ferreira da Silva¹

Introdução

O objetivo desse artigo é apresentar e analisar os principais fundamentos da nova Teoria de Economia Política Contemporânea proposta por Acemoglu e Robinson e demonstrada no livro *Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza*. De abordagem institucional, a base de explicação teórica e empírica dos autores foi a desigualdade mundial, tendo como parâmetro o desenvolvimento econômico e social, a partir da condição de prosperidade ou fracasso das nações.

A metodologia de natureza analítica e descritiva, baseada em revisão bibliográfica, iniciou com a leitura da obra de Acemoglu e Robinson que, permitiu tomar conhecimento dos resultados das densas pesquisas histórico-comparativas orientadas e realizadas pelos referidos autores. A leitura de resenhas possibilitou verificar a visão crítica sobre a obra.

O texto é estruturado em quatro seções que visam compreender, a obra de Acemoglu e Robinson: objetivos e questões desafiadoras; a teoria da desigualdade mundial; a teoria institucional; o pensamento econômico e político de Acemoglu e Robinson, seguidas das considerações finais.

A Obra de Acemoglu e Robinson: Objetivos e Questões Desafiadoras

A leitura analítica do livro *Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza*, escrito por Daron Acemoglu e James Robinson (2012) visou analisar os fundamentos da “teoria da desigualdade mundial” proposta pelos autores. A base de investigação científica dos autores foi alicerçada na

¹Doutora em Geografia, Pesquisadora Colaboradora no Projeto de Geografia Crítica da Universidade Federal do Paraná, sob a Coordenação do Prof. Dr. Luis Lopes Diniz Filho.

interação entre as instituições políticas e econômicas e em suas diferenças histórico-comparativas: sejam elas, instituições inclusivas ou extrativistas que, associadas ao processo político, forjam o sucesso ou fracasso dos países.

O referido livro teve como base 15 anos de pesquisas originais dos autores. Conforme os autores, a obra arrola evidências históricas extraordinárias do Império Romano, das Cidades-Estados Maias, da Veneza Medieval, da União Soviética e da África, para construir uma nova teoria de economia política de grande relevância, cujos resultados são frutos de pesquisa colaborativa baseada em autoria e coautoria de artigos científicos que moldaram as concepções em desenvolvimento econômico comparativo.

Acemoglu e Robinson (2012) mergulharam no passado para compreender as seguintes grandes questões da atualidade:

– A China constitui uma máquina de crescimento autoritário. Será que vai manter essa “altíssima” velocidade de crescimento, até sobrepujar o Ocidente?

– Será que os melhores dias dos Estados Unidos ficaram para trás? Estariam se afastando de um círculo virtuoso, que resiste às tentativas das elites de reforçar o próprio poder, caminhando rumo a um círculo vicioso que enriquece e fortalece uma pequena minoria?

– Qual será a receita mais eficaz para ajudar a tirar bilhões de pessoas dos trilhos da pobreza e alçá-las à prosperidade? Aumentar a filantropia por parte dos países ricos do Ocidente?

Sobre a sociedade e sobre as instituições econômicas e políticas, argumentaram que:

Cada sociedade funciona com um conjunto de regras econômicas e políticas criadas e aplicadas pelo Estado e pelos cidadãos em conjunto. As instituições econômicas dão forma aos incentivos econômicos: incentivos para buscar mais educação, para poupar e investir, para inovar e adotar novas tecnologias, e assim por diante. É o processo político que determina a que instituições econômicas as pessoas viverão submetidas, e são as instituições políticas que ditam como funciona esse processo. Por exemplo, são as instituições políticas de uma nação que estabelecem a capacidade dos cidadãos de controlar os políticos e influenciar seu comportamento – o que, por sua vez, define se os políticos serão agentes dos cidadãos, ainda que imperfeitos, ou se terão a possibilidade de abusar do poder que lhes foi confiado, ou

que usurparam, para fazer fortuna e agir em benefício próprio, em detrimento dos cidadãos. As instituições políticas incluem Constituições escritas – mas não se limitam a ELAS – e o fato de a sociedade ser uma democracia. Compreendem o poder e a capacidade do Estado de regular e governar a sociedade. É igualmente necessário considerar de forma mais ampla os fatores que determinam como o poder político se distribui na sociedade, sobretudo a capacidade de diferentes grupos de agir coletivamente em busca de seus objetivos ou impedir outros de atingirem os seus. À medida que influenciam comportamentos e incentivos na vida real, as instituições forjam o sucesso ou fracasso dos países. (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 32).

Com base nesses argumentos, os autores apresentaram a teoria da desigualdade mundial, mostrando que, por mais vitais que sejam as instituições econômicas para determinar o grau de pobreza ou riqueza de dado país, a política e as instituições é que ditam que instituições econômicas o país terá.

Na visão de Acemoglu e Robinson (2012, p. 3) países como o “Reino Unido e os Estados Unidos enriqueceram porque seus cidadãos derrubaram as elites que controlavam o poder e criaram uma sociedade em que os direitos políticos eram distribuídos de maneira muito mais ampla”; assim, o Governo tinha que ser “responsável e responder aos cidadãos” e “a grande massa da população tinha condições de tirar vantagem das oportunidades econômicas”.

Com a intenção de justificar a exposição da teoria, Acemoglu e Robinson (2012, p. 3-4), apresentaram seus objetivos:

- Mostrar que, para compreender por que há tanta desigualdade no mundo hoje, é necessário mergulhar no passado e estudar a dinâmica histórica das sociedades;
- Ver que, a razão por que o Reino Unido é mais rico que o Egito é que, em 1688, os britânicos (ou ingleses, para serem mais exatos), promoveram uma revolução que transformou a política e, por conseguinte, a economia do país. Lutaram por mais direitos políticos e os conquistaram, usando-os para expandir suas oportunidades econômicas, tendo como resultado uma trajetória política e econômica essencialmente distinta que culminaria na Revolução Industrial;
- Explicar que, a Revolução Industrial e as tecnologias por ela lançadas, não se espalharam para o Egito, porque este se encontrava sob o domínio do Império Otomano, que tratava o país mais ou menos da mesma maneira como, mais tarde, a família Mubarak.
- Esclarecer que, a dominação otomana no Egito encontrou seu fim nas mãos de Napoleão Bonaparte, em 1798, mas o país caiu então sob o controle do

colonialismo britânico, que tinha tão pouco interesse quanto os otomanos em promover a prosperidade egípcia. Assim, embora os egípcios tenham se livrado dos Impérios otomano e britânico, e em 1952, da própria monarquia, suas revoluções não foram como a de 1688 na Inglaterra. Em lugar de promover uma radical transformação política no país, limitaram a conduzir ao poder mais uma elite tão desinteressada na prosperidade dos egípcios comuns quanto os otomanos e britânicos de outrora; em consequência a estrutura básica da sociedade não mudou e o Egito permaneceu pobre.

- Estudar como esses padrões são reproduzidos ao longo do tempo e por que às vezes são alterados, como aconteceu na Inglaterra em 1688 e na França em 1789 – o que ajudaria a entender se a revolução que depôs Mubarak produziria um novo conjunto de instituições capazes de proporcionar prosperidade ao povo egípcio, tendo em vista que o Egito já teria atravessado revoluções que nada mudaram, pois seus promotores limitaram a tomar as rédeas daqueles que depuseram, recriando sistemas semelhantes. Essa condição tornaria difícil para os cidadãos comuns adquirir poder político real e modificar a maneira como sua sociedade funciona.

A partir desses objetivos, os autores apontaram uma utopia: “as transformações que propiciam prosperidade são possíveis”. Como exemplos, citaram o que ocorreu na Inglaterra, França e Estados Unidos e o que ocorreu no Japão, Botsuana e Brasil. Esclareceram que, é uma transformação política formando um novo conjunto de instituições, mais inclusivas, que se faz necessária para que uma sociedade pobre enriqueça.

O movimento amplo da sociedade como fator fundamental das transformações políticas: “Se compreendermos quando e porque ocorrem tais transições estaremos em melhores condições de avaliar quando o fracasso será mais provável, como tantas vezes aconteceu ao passado, e quanto podemos alimentar esperanças de que o sucesso traga benefícios para milhões de pessoas” (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 4).

A Teoria da Desigualdade Mundial

A teoria da desigualdade mundial de Acemoglu e Robinson (2012, p. 33), mostra como “interagem as instituições políticas e econômicas, causando pobreza

ou prosperidade, e como cada parte do mundo acabou desenvolvendo seu próprio conjunto de instituições”. Os autores justificaram que, a breve revisão da história das Américas apresentada por eles, “limitou-se a dar uma pincelada das forças que moldam as instituições políticas e econômicas”, ressaltando que, cada padrão institucional de hoje “se encontra profundamente enraizado no passado, porque, uma vez que a sociedade se organiza de determinado modo, este tende a persistir” (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 13).

Essa persistência e as forças que a criam explicam também porque é tão difícil extirpar a desigualdade do mundo e enriquecer os países pobres, pois mesmo que as instituições sejam a chave para as diferenças entre sociedades, isso não quer dizer que haverá qualquer consenso no sentido de modificar suas instituições.

Acemoglu e Robinson (2012) justificaram que não é necessário que uma sociedade desenvolva ou adote as instituições que são melhores para o crescimento econômico ou o bem-estar de seus cidadãos porque outras instituições podem ser ainda melhores para aqueles que detêm o controle da política e das instituições políticas. Os poderosos e o restante da sociedade, com frequência, vão divergir sobre quais são as instituições que devem permanecer e quais são aquelas que devem ser modificadas.

Por não haver consenso, as regras que acabam regendo cada sociedade são definidas pela política, que determina quem detém o poder e como esse poder pode ser exercido. É por isso que a teoria da desigualdade mundial:

Trata não só da economia, mas também de política. Trata dos efeitos das instituições sobre o sucesso e o fracasso das nações – e, portanto, da economia da pobreza e da prosperidade; trata também de como as instituições são determinadas e transformam-se ao longo do tempo e como acabam tornando-se incapazes de mudar quando criam pobreza e miséria para milhões – e, portanto, da política da pobreza e da prosperidade (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 33-34).

Acemoglu e Robinson (2012, p. 45) deixaram claro, que: “as diferenças institucionais são o que explica as desigualdades mundiais”, e que “para compreender as desigualdades do mundo, é preciso entender por que algumas sociedades são organizadas de maneiras muito ineficazes e socialmente

indesejáveis. Os países, às vezes, conseguem adotar instituições eficientes e alcançar a prosperidade – mas, infelizmente, são casos raros”.

Para Acemoglu e Robinson, a maioria dos economistas e autoridades concentra-se em “acertar”, quando o que é de fato necessário é uma explicação de onde os países pobres estão ‘errando’. E erram, basicamente, não por uma questão de ignorância ou cultura:

Os países pobres são pobres porque os detentores do poder fazem escolhas que geram pobreza. Erram, não por equívoco ou ignorância, mas de propósito. Para entender melhor, o leitor terá de ir além da economia e das orientações dos especialistas acerca do melhor a fazer e, em vez disso, estudar como as decisões são efetivamente tomadas, quem são seus autores e porque eles decidem fazer o que fazem. Estamos no campo da política e dos processos políticos. A economia tradicionalmente ignora a política, mas compreendê-la é crucial para explicar as desigualdades do mundo (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 53-54).

Essa premissa sobre a economia é lembrada por Acemoglu e Robinson (2012, p. 54), quando trazem à memória o que observou o economista Abba Lerner (1970): “a economia conquistou o título de Rainha das Ciências Sociais ao escolher como domínio problemas políticos já resolvidos”; no entanto, a “conquista da prosperidade depende da resolução de certos problemas políticos básicos”. É exatamente por parte do pressuposto de que os problemas políticos já foram solucionados que a economia se torna:

[...]incapaz de apresentar uma explicação convincente das desigualdades mundiais. Para explicá-las, a economia ainda terá de compreender como os diferentes tipos de políticas e acordos sociais afetam os incentivos e comportamentos econômicos. Mas, para tanto, precisará também da política. (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 54).

A tese central apresentada pelos autores, é que “o crescimento econômico e a prosperidade estão associados a instituições políticas e econômicas inclusivas, ao passo que as instituições extrativistas tendem a acarretar estagnação e pobreza – o que não implica, porém, que as instituições extrativistas sejam incapazes de fomentar crescimento nem que todas as instituições extrativistas sejam idênticas” (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 71-72).

Para esclarecer melhor essa ideia, Acemoglu e Robinson (2012, p. 72-73) apresentaram duas maneiras distintas, mas complementares, pelas quais se pode dar o crescimento sob instituições políticas extrativistas:

a) Mesmo que as instituições econômicas sejam extrativistas, o crescimento é possível quando as elites conseguem alocar recursos diretamente para atividades de alta produtividade, que elas mesmas possam controlar. Um exemplo notório desse tipo de crescimento sob as instituições extrativistas foi o caso das ilhas do Caribe, entre os séculos XVI e XVIII – onde a maioria da população era escrava, trabalhava nas mais medonhas condições nas *plantations*, mal ultrapassando o nível de subsistência. Muitos morriam de desnutrição e exaustão. Em Barbados, Cuba, Haiti e Jamaica, nos séculos XVII e XVIII, uma pequena minoria, a elite de latifundiários, controlava todo o poder político e detinha todos os ativos, inclusive todos os escravos. Enquanto a maioria não dispunha de direito algum, a propriedade e os ativos da elite estavam bem protegidos. Apesar das instituições econômicas extrativistas que exploravam abusivamente a maioria da população, essas ilhas estavam entre os lugares mais ricos do mundo, por produzirem açúcar e o venderem nos mercados mundiais. A economia das ilhas só estagnou quando surgiu a necessidade de realizar uma transição para novas atividades econômicas, pondo em risco tanto a renda quanto o poder político da elite latifundiária. Outro exemplo é o crescimento econômico e a industrialização da União Soviética do primeiro Plano Quinquenal, em 1928, até a década de 1970. As instituições políticas e econômicas eram altamente extrativistas, e os mercados, controlados com mão de ferro. Não obstante, a União Soviética logrou alcançar acelerado crescimento econômico, graças à sua capacidade de utilizar o poder do Estado para deslocar recursos da agricultura, onde eram empregados com grande ineficiência, para a indústria.

b) Em algumas sociedades, a posição da elite pode ser segura o bastante para que ela tolere certas iniciativas na direção de instituições econômicas inclusivas, quando têm a relativa certeza de que isso não porá em risco seu poder político. Em regime político altamente extrativista dotado de instituições econômicas bastante inclusivas, os detentores do poder podem optar por não as bloquear – o que constitui a segunda maneira pela qual o crescimento pode se dar sob instituições políticas extrativistas. A rápida industrialização da Coreia do Sul sob o General Park é um bom exemplo. Park chegou ao poder por meio de um golpe militar em 1961, em uma sociedade que gozava de amplo apoio dos Estados Unidos, cujas instituições econômicas eram essencialmente inclusivas. Apesar do autoritarismo do regime de Park, o crescimento econômico foi fomentado de forma bastante ativa, porque o regime não era diretamente sustentado por instituições

econômicas extrativistas. Ao contrário da União Soviética e da maioria dos outros casos de crescimento sob instituições extrativistas, a Coreia do Sul efetuou a transição das instituições políticas extrativistas para as inclusivas na década de 1980. Não houve uma transição desse tipo na União Soviética. A economia do país começou a entrar em colapso nos anos 1980, e desmoronou por completo na década seguinte. O crescimento econômico chinês de hoje apresenta também vários elementos comuns com as experiências soviética e sul-coreana. Seus primeiros estágios foram capitaneados por reformas radicais no setor agrícola, sendo mais discretas no segmento industrial. Ainda hoje, o Estado e o Partido Comunista desempenham papel central na seleção dos setores e empresas com injeções de capital para se expandirem – ocasionando a construção e a destruição de fortunas nesse processo. Do mesmo modo como ocorreu na União Soviética em seu auge, a China vem crescendo rapidamente, mas tal crescimento se dá ainda em instituições extrativistas, sob o controle do Estado, com poucos indícios de uma transição para instituições políticas inclusivas. O fato de as instituições econômicas chinesas estarem longe de ser plenamente inclusivas sugere ainda que uma transição ao estilo sul-coreano é improvável – ainda que, evidentemente, não impossível.

A Teoria Institucional

Acemoglu e Robinson (2012) fundamentaram suas análises de fatores históricos relacionados às sociedades e seus processos de civilização de um ponto de vista econômico e político, demonstrando de maneira minuciosa o funcionamento da teoria institucional. Ilustraram o amplo leque de fenômenos que ela poderia cobrir – das origens da Revolução Neolítica ao colapso de várias civilizações: dos limites intrínsecos do crescimento sob instituições extrativistas à reversão de passos titubeantes em direção a maior inclusão.

Apresentaram como e por que medidas decisivas rumo a instituições políticas inclusivas foram tomadas durante a Revolução Gloriosa, demonstrando:

Como as instituições inclusivas nasceram da inter-relação da circunstância crítica produzida pelo comércio atlântico e a natureza das instituições inglesas já existentes; Como essas instituições persistiram e fortaleceram-se a ponto de lançar as bases da Revolução Industrial, graças, em parte, ao círculo virtuoso e em parte a certos acasos felizes; Como muitos regimes dominados por instituições absolutistas e extrativistas opuseram resistência ferrenha à difusão de novas tecnologias deflagrada pela Revolução Industrial; Como os próprios europeus anularam toda e qualquer possibilidade de crescimento econômico em

muitas das regiões do mundo que conquistaram; Como o círculo vicioso e a lei de ferro da oligarquia geraram uma tendência irresistível à persistência das instituições extrativistas, fazendo as regiões para as quais a Revolução Industrial não se disseminou originalmente permanecerem relativamente pobres; Por que a Revolução Industrial e outras novas tecnologias não se difundiram, e dificilmente se difundirão, para regiões do mundo em que, hoje, ainda não se atingiu um grau mínimo de centralização do Estado (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 96-97).

Ao examinarem esses fatores, os autores esclareceram que determinadas regiões que lograram transformar suas instituições no sentido de um maior grau de inclusão, como Japão ou França, ou que impediram o estabelecimento de instituições extrativistas, como Estados Unidos ou Austrália, mostraram-se receptivas à Revolução Industrial e saltaram à frente das demais.

Na Inglaterra, o processo nem sempre foi suave. Ao longo do caminho foram superados muitos desafios às instituições inclusivas – às vezes devido à dinâmica do círculo vicioso, às vezes graças aos rumos contingentes da história.

Acemoglu e Robinson analisaram diversos fatores que demonstram que o fracasso de certos países é profundamente influenciado por suas histórias institucionais e quanto de suas políticas baseiam-se em hipóteses incorretas, potencialmente danosas.

Avaliaram também, como os países ainda são capazes de aproveitar as circunstâncias críticas para romper paradigmas, reformar suas instituições e enveredar por caminhos conducentes à maior prosperidade, apontando uma utopia para os dias atuais: as transformações que propiciam prosperidade são possíveis – uma transformação política formando um novo conjunto de instituições mais inclusivas se faz necessária para que uma sociedade pobre enriqueça.

Com essa visão utópica, enfatizaram que o movimento amplo da sociedade é um aspecto fundamental das transformações políticas, salientando que, “se compreendermos quando e porque ocorrem tais transições estaremos em melhores condições de avaliar quando o fracasso será mais provável como tantas vezes aconteceu ao passado, e quanto podemos alimentar esperanças de que o sucesso traga benefícios para milhões de pessoas.” (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 4).

O Pensamento Econômico e Político de Acemoglu e Robinson

As densas pesquisas realizadas por Acemoglu e Robinson e o número significativo de especialistas e pesquisadores com quem os economistas trabalharam na construção da nova teoria de economia política para o mundo contemporâneo, apresentadas na obra que responde à questão do título: *Porque as nações fracassam*, não deixam dúvida de que mergulhar no passado para compreender o presente com vistas para o futuro é uma metodologia viável. É como descortinar processos velados que, pouco a pouco, vão sendo revelados.

No caso específico dos estudos de economia, de ciência política e de instituições, a dinâmica histórica das sociedades foi fundamental para a revelação do sucesso ou fracasso das nações, na trajetória temporal e espacial; e nas explicações acertadas dos economistas. Nesses estudos, foi possível verificar e avaliar a abrangência do trabalho científico de Acemoglu e Robinson, que também são professores e lidam com o ensino e a extensão de suas pesquisas. O volume de conhecimentos apresentado na obra e a influência exercida entre estudantes e especialistas é notória; compatível com a genialidade do pensamento econômico e político dos autores que foram reconhecidamente agraciados com diversas premiações.

Birkner e Trentini (2016, p. 123) avaliaram a questão “Por que as nações fracassam” como “uma boa pergunta para uma excelente resposta”, ressaltando que “uma grande nação se constrói com boas instituições”. Lembraram a célebre afirmação de Montesquieu que dizia que, “boas leis produzem grandes homens”.

Para esses autores, Acemoglu e Robinson apresentaram uma respeitável abordagem institucionalista histórica a fim de responder a pergunta-resposta homônima ao livro *Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza*.

Birkner e Trentini (2016, p. 128) fizeram ainda alusão à recusa dos autores a outras teorias acerca do desenvolvimento dos países e “a imbricação entre instituições políticas e econômicas demonstrada, explicando que a resposta a essa

pergunta importante está nessas instituições que os homens conseguem construir ao longo da história”.

Argumentaram ainda sobre a proposta de Acemoglu e Robinson de demonstrar que o que muda sustentavelmente ou condena o destino das nações é o formato de suas instituições, enfatizando que “o livro expõe o problema com clareza irretocável, revelando o objetivo de demonstrar que a riqueza e o desenvolvimento de qualquer nação dependem do caráter inclusivo de suas instituições. Fora disso não há saída sustentável” (BIRKNER; TRENTINI, 2016, p. 129).

Birkner e Trentini (2016, p. 129) explicitaram que, com argumentos bem demonstrados, Acemoglu e Robinson “não deixaram dúvidas sobre a necessidade imperiosa de identificar as instituições extrativistas, combatê-las e substituí-las, como condição de desenvolvimento”.

Nessa perspectiva, na avaliação de Birkner e Trentini, os autores de *Por que as nações fracassam* apresentaram uma apreciável abordagem institucionalista histórica. Sendo assim, prosseguem, a fim de torná-la mais atraente, Acemoglu e Robinson não hesitaram em lançar mão do confronto metodológico, embora ligeiramente refutando as metas teorias e menosprezando os determinismos geográficos e culturalista, despertando uma pergunta filosfal, até então adormecida em meio a convincentes demonstrações históricas:

Quando relegaram a cultura a um subproduto das próprias instituições, suscitando a lembrança da emblemática assertiva de Montesquieu, o próprio barão se transformou num excelente paradoxo. (...) Só uma obra tão instigante como a de Acemoglu e Robinson poderia despertar esse maravilhoso paradoxo (BIRKNER; TRENTINI, 2016, p. 129).

Em oposição, Araújo (2015) questiona em que medida os autores foram bem sucedidos em comprovar sua tese estatocêntrica:

Inicia-se com uma breve suposta refutação das teses que não se coadunam com aquela apresentada pelos autores. Iniciam pelo descarte da teoria dos fatores geográficos, difundida amplamente pelo menos desde Montesquieu (1689-1755). Aniquilam tal teoria a partir do exemplo das antigas economias imperiais Inca, Asteca e Maia, bem como com os exemplos hodiernos de Botsuana, Cingapura e Malásia (ARAÚJO, 2015, p. 307).

Para esse autor:

[...]ao mesclar política e economia, nas mesmas categorias, eles parecem dar uma amostra de perda de exatidão epistemológica. (...)É justamente esse tipo de relação causal formal que os autores pretendem ter visto ocorrer entre instituições políticas e econômicas, que, ao meu ver, não encontra fundamento na história.” (ARAÚJO, 2015, p. 308).

Em relação à posição geográfica localizada nos trópicos, principalmente em relação ao clima e às diferenças de riquezas entre países, “Montesquieu, no século XVIII, afirmava que o clima possuía grande influência na capacidade de trabalho físico e mental dos habitantes: o calor desincentivaria a criatividade e o trabalho árduo” (PRETE, 2016, p. 89).

Na versão dessa teoria, a concentração dos países pobres localizava-se entre os trópicos, enquanto as nações ricas encontravam-se preponderantemente em zonas temperadas. Em releituras da teoria geográfica, como as de Jeffrey Sachs, que liga o clima tropical a duas desvantagens: preponderância de doenças como malária que afetariam a capacidade de trabalho dos seus habitantes, e a de que os solos tropicais não se prestam a uma agricultura competitiva, Prete (2016) descreveu que, todavia, Acemoglu e Robinson contestaram essas novas teorias geográficas, pois:

Elas são facilmente desmentidas pelos casos de enormes disparidades de desenvolvimento econômico-social observadas entre a Coreia do Sul e do Norte, entre a Alemanha Ocidental e Oriental antes da queda do Muro de Berlim, e entre as duas vizinhanças da cidade de Nogales, separada pela fronteira entre Estados Unidos e México. Mais ainda: houve períodos da História onde as civilizações mais avançadas na verdade encontravam-se em regiões de climas quentes e até desérticos, como os Incas e Astecas na América do Sul, Babilônia, o Egito antigo, entre outras. Modernamente, nações como Austrália, Nova Zelândia, Cingapura e o crescimento econômico acelerado na Malásia e Ruanda contradizem a determinação da geografia sobre desenvolvimento econômico-social (PRETE, 2016, p. 89).

Tanto o determinismo geográfico quanto o determinismo cultural foram descartados por Acemoglu e Robinson como causas de prosperidade ou pobreza das nações.

Na visão de Sasso (2023, p. 148), “a obra é umas das grandes publicações de nosso tempo, através de uma construção argumentativa histórica e empírica, busca responder uma das grandes perguntas da humanidade: por que algumas nações são ricas e outras são pobres?”. Como resposta, a ideia de que as

diferenças de desenvolvimento entre as nações ocorrem pelo nível de suas instituições.

Na medida em que países que possuem instituições inclusivas, que permitem uma destruição criativa em um ambiente plural, concorrencial e de garantia efetiva da propriedade privada tendem a serem desenvolvidos, aqueles que possuem instituições extrativistas e não trabalham com esses valores não geram desenvolvimento, como lembrou Sasso (2023) ao colocar em destaque as ideias de Acemoglu e Robinson.

Sasso comentou, ainda, sobre as hipóteses verificadas por Acemoglu e Robinson apresentadas como insuficientes para determinar a origem da prosperidade e da pobreza: a hipótese geográfica, a hipótese cultural e a hipótese da escolha dos líderes das nações. Essa última, baseada na ignorância de determinados líderes, que buscam extinguir as falhas de mercado através de condução econômica equivocada (SASSO, 2023, p. 149).

Destacou ainda, em sua análise, a inovação apontada por Acemoglu e Robinson que é “considerada uma fonte importante da prosperidade, bem como a garantia da propriedade privada, assegurando contratos, em condições igualitárias e possibilitando o florescimento de ideias capazes de novas tecnologias para a realidade da nação” (SASSO, 2023, p. 149-150).

Carvalho (2015) alimentou o seu debate sobre a obra de Acemoglu e Robinson com a análise de *A influência das instituições políticas e econômicas na erradicação da pobreza e da miséria: resenha de “Porque as Nações fracassam”*. Esse autor avaliou o estudo dos economistas como:

Uma obra de arte. Contém uma forte bagagem histórica, Filosófica, Sociológica, Política, Antropológica, Jurídica, e claro, Econômica. Aclamado pela crítica especializada, se tornou um livro obrigatório para entender o processo de prosperidade em alguns países (ou fracasso). E o porquê de grande parte do planeta ainda estar em níveis desumanos de desenvolvimento econômico-social (CARVALHO, 2015, p. 218).

Na análise de Carvalho (2015, p. 224), o livro de Acemoglu e Robinson, “com uma linguagem de fácil entendimento e argumentos sólidos, destina-se do leigo ao doutor em ciências humanas e sociais. O objetivo também fora atingido, apresentar uma nova tese sobre a desigualdade em esfera global”. De modo geral,

como enfatizou, “é um excelente livro, com dados e informações coesas e precisas” (*Ibid*).

Para Garcia (2023), *Por que as nações fracassam* é uma leitura fundamental para aqueles interessados em entender o desenvolvimento econômico e político das nações. Ainda, o livro desafia muitas teorias convencionais e oferece uma visão ampla de como as instituições desempenham um papel central no destino de uma sociedade. Impressiona a riqueza de exemplos e detalhes trazida pelos autores para fortalecer cada aspecto da teoria apresentada.

Klotz (2024, n.p) coloca em destaque que os autores da obra em questão ressaltam a ideia da “oportunidade de alcançar ganhos financeiros por meio do próprio esforço que estimula a inovação, o que promove o desenvolvimento tecnológico e a riqueza como um todo”.

Kalinka (2023, n.p) refere-se ao livro de Acemoglu e Robinson como “uma leitura esclarecedora que desafia a visão convencional sobre as causas do sucesso e do fracasso econômico e político”. Conforme descreveu esse autor:

Os autores oferecem uma abordagem sólida e convincente, para entender, desde o início da história humana, o porquê de algumas nações terem dado certo e outras não. O porquê algumas prosperam e outras são fadadas ao subdesenvolvimento e à estagnação. O livro é uma obra prima e essencial para economistas, cientistas políticos e qualquer pessoa interessada nas complexas questões do desenvolvimento político e econômico (KALINKA, 2023, n.p).

Na análise do livro *Por que as Nações Fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza* e na leitura dos argumentos dos autores que resenharam a obra de Acemoglu e Robinson, observa-se de fato, que a obra foi surpreendentemente crítica e inovadora para explicar as razões que levam à prosperidade e à pobreza das nações pela ótica institucional.

Considerações Finais

O pensamento político e econômico de Acemoglu e Robinson foi construído cientificamente com base em pesquisas de estudos econômicos e políticos comparativos, fundamentados na teoria institucional e em fatos históricos para compreender as diferenças entre os países e analisar os fatores que explicam as

razões da prosperidade e da pobreza das nações, no tempo e no espaço, revelando evidências históricas e abordagens regionalizadas dos processos que desencadearam a desigualdade econômica global.

Do Neolítico à Revolução Industrial, os autores analisaram os processos que originaram as instituições políticas e econômicas inclusivas, extrativistas e os respectivos fenômenos que geraram prosperidade ou pobreza nos países ao longo dos séculos.

Ao mergulharem no passado e estudarem a dinâmica histórica das sociedades, Acemoglu e Robison explicaram a teoria da desigualdade mundial. Mas analisaram também tendências recentes de continuidade e/ou transformações das condições de desigualdade, buscando respostas para entender o porquê as nações fracassam.

Nessa análise, o papel das instituições e o papel do Estado no avanço ou retrocesso do desenvolvimento econômico e social das nações foram fundamentais para o entendimento da problemática exposta pelos autores e sua superação.

As instituições políticas econômicas inclusivas e as instituições extrativistas são referências analíticas primordiais para a compreensão dos processos que deram origem às formas de poder do Estado e consequentemente, as origens da prosperidade ou da pobreza das nações.

A nova teoria de economia política de Acemoglu e Robinson, também conhecida como teoria da desigualdade mundial, apresenta uma variedade de dados qualitativos e quantitativos. E aborda o desenvolvimento econômico e social com riqueza de detalhes, tanto do ponto de vista estatístico, quanto geocartográfico.

Para isso, os autores utilizaram fontes de pesquisas de quinze anos, identificando padrões e traçando perfis que demonstrassem as diferenças institucionais, econômicas e políticas entre os países considerados ricos e os países considerados pobres.

A análise realizada pelos autores revelou a trajetória histórico-geográfica da desigualdade mundial, desde os processos mais antigos – passando pela Idade Média e pela Idade Moderna – até as tendências mais recentes. Demonstraram fenômenos espacializados em vinte mapas inseridos nos capítulos temáticos, o que possibilitou melhor compreensão do contexto em análise.

As pesquisas realizadas foram desenvolvidas e compartilhadas com diversos pesquisadores, submetidas à avaliação e à crítica de vários especialistas em economia e política. Os autores trabalharam com um rol significativo de pesquisadores e debatedores em conferências, seminários e projetos, nos quais coletaram comentários sobre as teses desenvolvidas.

As leituras realizadas que originaram essa resenha permitiram constatar a riqueza de detalhes das pesquisas dos autores. A obra de Acemoglu e Robinson, muito bem fundamentada, teve uma projeção positiva entre economistas, cientistas políticos e leitores em geral.

Referências

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James. A. **Por que as Nações Fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza**. Tradução de Cristina Serra. Rio de Janeiro: Elsevier. 2012.

ARAUJO, Marcos Paulo Fernandes de. Por que as Nações Fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza. In **MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia**, Volume III, Número 1 (Edição 5), janeiro-junho 2015, p. 307-311. ISSN 2318-0811.

BIRKNER, W. M. K., & Trentini, Álvaro L. Resenha: Por que as Nações Fracassam? Uma boa pergunta para uma excelente resposta. In **Revista Húmus**, 6(16), 2016, p. 123-129. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/4675> Acesso em: 27/10/2025.

CARVALHO, João Eduardo de Lima. Resenha – A Influência das Instituições Políticas e Econômicas na Erradicação da Pobreza e da Miséria: Resenha de “Por que as Nações Fracassam”. In **Revista Outras Fronteiras**, Cuiabá - MT, vol. 2, n. 2, jul/ dez., 2015, p. 218-224. ISSN: 2318 – 5503.

GARCIA, Thiago Ferreira. Por que as Nações Fracassam – Resenha. In **Instituto Líderes do Amanhã (BLOG)**. 2023, n.p (não paginado). Disponível em: <https://lideresdoamanha.org.br/resenha-por-que-as-nacoes-fracassam-3/> Acesso em: 27/10/2025.

KALINKA, Tito Dias. Resenha – Por que as nações fracassam. In **Instituto Líderes do Amanhã (BLOG)**. 2023, n.p (não paginado). Disponível em:

<https://lideresdoamanha.org.br/resenha-por-que-as-nacoes-fracassam-2/> Acesso em: 31/10/2025.

KLOTZ, Juliana Maia Bravo. Resenha – Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade, e da pobreza. In **Instituto Líderes do Amanhã (BLOG)**. 2024, n.p (não paginado). Disponível em: <https://lideresdoamanha.org.br/resenha-por-que-as-nacoes-fracassam-as-origens-do-poder-da-prosperidade-e-da-pobreza/> Acesso em: 31/10/2025.

PRETE, Esther Kùlkamp Eyng. Efetividade dos Direitos Sociais e Sua Dimensão Econômica: Relação entre Lei, Inclusão e Prosperidade. **Dissertação (Mestrado)**. Belo Horizonte-MG: Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito. 2016.

SASSO, Marcelo. Resenha do Livro – Por que as Nações Fracassam: as origens da riqueza, da Prosperidade e da Pobreza. In **Revista Direitos Democráticos & Estado Moderno**. Faculdade de Direito da PUC-SP, v.1, n.7, jan./abr., 2023, p.147-151. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/DDEM> Acesso em: 27/10/2025.

Recebido em 22 set. 2025.

Publicado em 30 set. 2025.